



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015408-11.2021.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA
COORDENADORIA DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS E INFRAESTRUTURA
ASSUNTO : Registro de Preços para a eventual aquisição de equipamentos visando à ampliação da rede de computadores

PARECER nº 731 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. Chegam os autos a esta unidade de assessoramento, para manifestação com o intuito de subsidiar o Pregoeiro na resposta a esclarecimento constante do doc. nº 1803175, especificamente:

"1. Tendo em vista que esta empresa é certificada pela ISO 37001 (norma internacional para sistema de gestão antissuborno, concebida para suportar as organizações na prevenção, detecção e reação às práticas contrárias às leis de combate à corrupção) e em atendimento aos seus requisitos, indagamos se podemos considerar eventuais práticas realizadas por este órgão licitante (Contratante) contrárias às leis de combate à corrupção e suborno, aplicáveis ao contrato, como motivo de sua rescisão imediata por justa causa pela Contratada, sem que caiba à Contratante o direito de recebimento de indenizações, ressarcimentos e/ou aplicação de penalidades administrativas contra a Contratada."

2. Pois bem. Os casos de rescisão contratual estão tratados na Lei nº 8.666/93. Portanto, todas as hipóteses ali contempladas, para ocorrer, deverão ser devidamente motivadas e examinadas nos respectivos autos, assegurando-se, ainda, o exercício de contraditório e defesa, notadamente em casos de rescisão unilateral. Portanto, qualquer situação alegada por ambas as partes (Contratante e Contratada) será examinada por ocasião de sua efetiva ocorrência e à luz das normas de regência, incluindo-se aí eventuais pedidos de "*indenizações, ressarcimentos e/ou aplicação de penalidades administrativas*", nos termos postos na parte final do *esclarecimento* em questão.

É o parecer.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 15/12/2021, às 16:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1803519** e o código CRC **BFADE833**.